

O debate marxista sobre o “socialismo real”: a tese de Lebowitz e o caso iugoslavo (1945-1991).

The Marxist debate on "real socialism": Lebowitz's thesis and the Yugoslav case (1945-1991).

Sinuê Neckel Miguel*

Resumo: O artigo apresenta a tese de Michael Lebowitz sobre a dinâmica do “socialismo real”, situando-a no debate marxista acerca da natureza do regime soviético, brevemente introduzido. Na medida em que sua tese sobre as relações de produção de vanguarda e a reprodução contestada pretende aplicar-se genericamente aos distintos projetos socialistas experimentados no Leste Europeu, procuramos apontar para sua pertinência analítica, guardadas as devidas peculiaridades, ao caso iugoslavo. A interação entre a lógica da vanguarda, a lógica do capital e a economia moral dos trabalhadores produziu no sistema de autogestão iugoslavo uma dinâmica contraditória que resultou em sucessivas reformas, passando da liberalização mercantil *laissez-faire* à tentativa de reestruturação democrática do sistema, chegando a sua derrocada final.

Palavras-chave: Lebowitz; Socialismo; Iugoslávia.

Abstract: This article presents Michael Lebowitz's thesis on the dynamics of “real socialism”, placing it in the Marxist debate (briefly introduced) about the nature of the Soviet regime. To the extent that his thesis on the relations of production of vanguard and the disputed reproduction intends to apply generically to the different socialist projects tried in Eastern Europe, we tried to point to its analytical pertinence, conserved the due peculiarities, to the Yugoslav case. The interaction between the avant-garde logic, the logic of capital and the moral economy of the workers produced in the Yugoslav self-management system a contradictory dynamic that resulted in successive reforms, from *laissez-faire* market liberalization to the attempt of democratic restructuring of the system, ended with his final demise.

Keywords: Lebowitz; Socialism; Yugoslavia.

* Bacharel em História pela UFRGS, mestre em História pela UNICAMP e doutor em Ciências Sociais pela mesma universidade.

Introdução

Conquanto, ao que parece, ainda não seja possível encontrarmos um debate bem estabelecido acerca da estrutura de classes na sociedade iugoslava¹, podemos encontrar algum apoio teórico em autores que participaram do extenso e complexo debate entre marxistas acerca da natureza do regime soviético, extrapolado e desdobrado em generalizações para o campo do “socialismo real”². Nesse sentido procuraremos apresentar a tese de Michael Lebowitz sobre o modo de produção que se desenvolvera no “socialismo realmente existente”, apontando para sua aplicabilidade ao caso iugoslavo.

Lebowitz é um economista estadunidense naturalizado canadense, conhecido pela original reflexão sobre *O Capital* de Marx, *Beyond Capital: Marx's Political Economy of the Working Class*, na qual procura evidenciar a necessidade de apreensão de uma economia dos trabalhadores que se desenvolve em contraponto ao capital. Ele é também um crítico do que chama de “lógica da vanguarda” posta em movimento nas experiências ditas socialistas. A Iugoslávia, não obstante a particularidade do sistema de autogestão, apresenta similaridades com o padrão de tipo soviético. É então a possibilidade de leitura da experiência iugoslava sob as lentes analíticas de Lebowitz que objetivamos explorar nesse artigo.

O texto divide-se em três partes: uma breve introdução não sistemática ao debate marxista sobre o “socialismo real”, uma apresentação da tese de Lebowitz e finalmente a sua aplicação ao caso Iugoslavo.

O debate sobre o socialismo real

As discussões em torno do fenômeno soviético, periodicamente renovadas por novas interpretações e dados empíricos, põe em evidência a

¹ A bibliografia sobre a experiência iugoslava com o socialismo de autogestão é bastante extensa, mas, a julgar pela bibliografia disponível em inglês e francês, a reflexão teórica sobre a estrutura de classes dessa formação social parece não ter se estabelecido de uma forma sistemática, comparável à literatura sobre a URSS, por exemplo. De acordo com Duda, Stubbs e Archer (2016), os estudos empíricos produzidos por pesquisadores iugoslavos nos anos 1970 e 1980 normalmente abordavam a estratificação social em termos weberianos, falando em elites e camadas sociais. Isto refletia a posição oficial da Liga dos Comunistas que negava a existência da exploração em termos de classe social. Já na atualidade, uma nova geração de pesquisadores, como Goran Musić, Rory Archer e Jana Bacevic, tem contribuído para iluminar tópicos insuficientemente investigados, como a questão das desigualdades sociais, pensando nas interseções entre classe, etnia e gênero (DUDA, STUBBS, ARCHER, 2016).

² Este debate passou por diversas rodadas, articuladas às diferentes fases da história soviética, desde a revolução bolchevique de 1917, passando pelo domínio do stalinismo, a abertura política com Krushev, a perestroika e por fim o seu colapso.

dificuldade em explicá-lo por meio de uma concepção estritamente marxiana. É o que mostra o historiador Marcel van der Linden, ao destrinchar os argumentos de diversos autores, classificando-os em cinco grandes categorias de interpretação quanto à natureza da União Soviética: capitalismo de Estado, Estado dos trabalhadores degenerado, novo modo de produção (coletivismo burocrático), novo modo de produção sem uma classe dominante consolidada e teorias sem “rótulos” (LINDEN, 2007).

Para citar alguns dos mais célebres defensores de cada uma das interpretações: Charles Bettelheim, economista althusseriano, defendera nas suas últimas obras que a União Soviética tornara-se um capitalismo de Estado; Ernest Mandel, proeminente continuador da teoria de Trotsky, insistiu sempre na concepção de Estado dos trabalhadores degenerado; para o economista Paul Sweezy se tratava de um novo modo de produção, o coletivismo burocrático; já para o sociólogo Pierre Naville, este novo modo de produção não tinha uma classe dominante consolidada e os trabalhadores se auto exploravam e para Hebert Marcuse, nenhum desses rótulos dava conta da especificidade da realidade soviética.

Para a finalidade desse artigo³, partiremos da conceituação de Mészáros sobre as chamadas “sociedades pós-revolucionárias” (URSS e países na sua órbita), distintas das sociedades capitalistas (e, portanto, não categorizáveis como capitalismo de Estado) mas subordinadas ao domínio do capital. Em seguida, acrescentaremos algumas reflexões que nos parecem úteis para nos aproximarmos de uma definição da formação social iugoslava.

O capitalismo, para Mészáros, é uma fase particular da produção do capital na qual:

³Importa notar aqui que o objeto específico desse artigo não é o debate sobre o “socialismo real” em geral, mas sim a apresentação da tese de Lebowitz nesse contexto e sua aplicabilidade ao caso iugoslavo. Assim, ao invés de discutirmos sistematicamente as posições de autores marxistas que se posicionaram no debate sobre a caracterização do “socialismo real”, optamos por buscar algumas balizas conceituais importantes em determinados autores que debateram sobre a natureza do regime soviético. Nosso critério norteador para referenciarmo-nos nessas balizas conceituais é a aproximação a um conceito de classe social que coloque o *controle* como atributo mais genérico que permite a constituição de uma classe exploradora. Ao definirmos que o *controle desigual* sobre o processo produtivo exercido ideologicamente por meio de *autoridade hierárquica* (seja a partir do fator *propriedade*, seja pelo fator *competência*) nas relações sociais de produção é o critério central para definição de classe, temos condições de compreender as distintas modalidades de exploração que se apresentaram nas experiências pós-capitalistas do século XX, onde dirigentes e gerentes burocráticos mostraram-se capazes de constituírem-se, ao menos parcialmente e de modo instável, em classes dominantes. Em nossa tese sobre a Iugoslávia este debate é desenvolvido em maior profundidade (MIGUEL, 2017).

1. a produção para a troca (e assim a mediação e dominação do valor de uso pelo valor de troca) é dominante;
2. a própria força de trabalho, tanto quanto qualquer outra coisa, é tratada como mercadoria;
3. a motivação do lucro é a força reguladora fundamental da produção;
4. o mecanismo vital de formação da mais-valia, a separação radical entre meios de produção e produtores, assume uma forma inerentemente econômica;
5. a mais-valia economicamente extraída é apropriada privadamente pelos membros da classe capitalista; e
6. de acordo com seus imperativos econômicos de crescimento e expansão, a produção do capital tende à integração global, por intermédio do mercado internacional, como um sistema totalmente interdependente de dominação e subordinação econômica. (MÉSZÁROS, 2002, p. 736-737)

Nas sociedades pós-revolucionárias somente a característica número quatro permaneceria, e mesmo assim radicalmente alterada, devido à regulação política da extração de trabalho excedente. O que permanece nessas sociedades, contudo, é o domínio do capital, por meio:

1. dos imperativos materiais que circunscrevem as possibilidades da totalidade do processo vital;
2. da divisão social do trabalho herdada, que, apesar das suas significativas modificações, contradiz “o desenvolvimento das livres individualidades”;
3. da estrutura objetiva do aparato produtivo disponível (incluindo instalações e maquinaria) e de forma historicamente limitada ou desenvolvida do conhecimento científico, ambas originalmente produzidas na estrutura da produção de capital e sob as condições da divisão social do trabalho; e
4. dos vínculos e interconexões das sociedades pós-revolucionárias com o sistema global do capitalismo, quer estes assumam a forma de “competição pacífica” (intercâmbio comercial e cultural), quer assumam a forma de oposição potencialmente mortal (desde a corrida armamentista até maiores ou menores confrontações reais em áreas sujeitas a disputa). (MÉSZÁROS, 2002, p. 737)

Assumindo essa distinção de Mézáros entre sistema sociometabólico do capital e capitalismo como balizas importantes para refletir a respeito das especificidades de formações sociais pós-revolucionárias, o próximo passo é procurar compreender as formas concretas dessas especificidades.

Busquemos então mais alguns elementos definidores da URSS para depois abordarmos o caso iugoslavo. Svetozar Stojanović, destacado filósofo do

grupo Praxis⁴, defende a tese de que a URSS desenvolveu um novo modo de produção. Não se tratava de um “socialismo completamente degenerado”, afinal, se “uma entidade degenera completamente, não é ela algo diferente do que o que tinha sido?” (STOJANOVIĆ, 1973, p. 57). A revolução socialista de outubro de 1917, baseada em efetivas forças socialistas (*soviets* de trabalhadores, camponeses e soldados em todos os níveis da organização social), que poderiam ter aberto a via do auto-governo social, acabou sendo brutalmente reprimida pelo grupo stalinista. Assim a URSS, inicialmente um socialismo de Estado, degenerou num estatismo politocrático primitivo, posteriormente transformado num estatismo tecnocrático, quando o “coração da classe estatista tornou-se crescentemente composta de elementos tecnocráticos” (STOJANOVIĆ, 1973, p. 57).

Na sociedade stalinista,

onde existem concentrações de poder político e econômico, riqueza, e prestígio social de um lado, e subjugação e exploração do outro, as relações reais entre o grupo dominante e o proletariado só podem ser vistas em termos da seguinte simetria categorial: classe estatista – classe trabalhadora. (STOJANOVIĆ, 1973, p. 49)⁵

Esta *classe estatista* tem a origem histórica do seu poder na dominação política; a partir desse domínio, conquista o poder econômico. Após a queda do “socialismo real” Stojanović sublinhou que a principal fraqueza estrutural da classe estatista é que seu domínio depende diretamente do Estado, ao contrário da classe capitalista que pode dominar ainda que não governe (STOJANOVIĆ, 1997, p. 252).

Elmar Altvater e Christel Neusüss explicam a lógica do domínio e do impasse a que chegou a burocracia (equivalente ao aparato estatal) nos países do Bloco do Leste, considerados como sociedades de transição, pós-revolucionárias. A burocracia se autonomizou completamente (não estava a serviço de nenhuma classe dominante), habilitando-se a dirigir o processo econômico de acordo com seus próprios caprichos. Por outro lado,

⁴O grupo Praxis foi uma escola do pensamento iugoslavo que propôs um socialismo humanista, publicando a revista Praxis de 1964 a 1974, onde se abordava criticamente os problemas da realidade iugoslava e questões de interesse internacional da esquerda socialista (MIGUEL, no prelo).

⁵Todas as citações foram livremente traduzidas por nós.

As burocracias no socialismo estão, mais do que no capitalismo, forçadas a provar a sua eficiência socialmente relevante: seus relatórios de desempenho referem-se a altas taxas de crescimento econômico, rápida industrialização, oportunidades educacionais para todos os estratos da população, sucessos na área científico-tecnológica etc. A equação de eficiência econômica com a construção do socialismo, isto é, a integração de objetivos revolucionários pelos quais as massas derrubaram o capitalismo em cálculos de eficiência burocraticamente abreviados representa a tentativa da burocracia de escapar dos perigos oriundos de suas origens revolucionárias. (citado a partir de LINDEN, 2007, p. 213)

Desse contexto de uma sociedade pós-revolucionária resultou portanto a instabilidade do seu poder, sem jamais obter o tipo de legitimidade social que normalmente as classes dominantes adquirem.

Para Altvater e Neusüss o domínio burocrático na base de um sistema de planejamento central sem democracia dos produtores (autogestão operária) torna-se inviável a partir de um dado grau de complexidade da economia, quando aparecem crescentes discrepâncias entre as metas estabelecidas pelo planejamento burocrático e o mundo real, implicando em desperdício e retardo do crescimento. Como a eficiência é um elemento central de justificação da burocracia, vieram as tentativas de reforma a partir dos anos 1960. Estas, contudo, estavam condenadas a falhar no longo prazo sob a permanência de alguma forma de comando burocrático (LINDEN, 2007, p. 214-215).

Se aproximarmos os termos estatismo e burocratismo, bem como classe estatista e classe burocrática, nós começamos a captar um dos elementos essenciais da estrutura social do “socialismo real”: a alienação do poder político como princípio de alienação do poder econômico, reproduzindo a separação herdada entre trabalho intelectual e trabalho manual, entre concepção e execução e entre condutores e conduzidos. Retornaremos a essa questão logo mais, ao examinarmos a tese de Michael Lebowitz a respeito do funcionamento do “socialismo real”.

O conceito de burocracia parece-nos analiticamente útil quando não define uma classe (nem um estrato ou grupo), mas sim uma estrutura organizativa “heterogestionária”, onde uma hierarquia de comandos formais, baseada na competência e na separação entre concepção e execução, pretende-se universalmente eficiente. Assim, os funcionários que trabalham no interior de organizações burocráticas não são um grupo ou classe dominante, nem

“parasitas”. São cumpridores de funções parcelares numa forma hierárquica e heterogerida de organização do processo produtivo, racionalizado sob os critérios definidos pelo topo da sua hierarquia.

Por outro lado há que se sublinhar o caráter de classe da organização burocrática, na medida em que serve a exploração de uma classe sobre a outra por meio do controle desigual do processo produtivo organizado. Erik Olin Wright, por exemplo, ao comparar distintos modos de produção, entende que no estatismo é a *organização* o principal bem desigualmente distribuído, o que se dá por meio do controle burocrático e seu princípio de distribuição hierárquica do poder, permitindo assim a exploração dos gestores/burocratas sobre os não-gestores (WRIGHT, 1985, p. 83-84). Na estrutura de comandos hierárquica que caracteriza a burocracia é o *topo da hierarquia* que efetivamente detém o poder de controle do processo produtivo no seu conjunto. Com isso, a classe dominante é aquela que ocupa de modo estável os postos de comando no topo da hierarquia burocrática, auferindo daí a possibilidade privilegiada de explorar trabalho alheio.

Então, podemos encontrar distintas classes dominantes no interior de distintas estruturas burocráticas, como a empresa e o Estado. O *top management* de uma empresa pode ser entendido como classe dominante que estabelece o seu poder por meio da burocracia empresarial (que poderia ser chamada também de burocracia gerencial): são os gerentes/diretores burocráticos. Analogamente, no topo da hierarquia nos órgãos governamentais, isto é, no interior da burocracia estatal (que também poderia ser chamada de burocracia governamental ou ainda, em sentido algo distinto, de burocracia política), aparece uma outra classe: são os dirigentes políticos burocráticos. Vista por outro ângulo, quer dizer, por outros critérios, poderia ainda ser identificada uma burocracia técnico-administrativa formada por profissionais que exercem funções técnicas hierarquicamente distribuídas tanto nas empresas quanto nos aparelhos administrativo, legislativo, executivo e judiciário do Estado, tendo no cume gerentes/administradores profissionalizados e *experts* (advogados, economistas, engenheiros etc.).

Parece-nos, então, que a polêmica trotskista contra a teoria do coletivismo burocrático⁶ dissolve-se noutra problemática se entendermos que havia dois grupos (classes em formação) dominantes de caráter burocrático: os *dirigentes* da burocracia estatal (comprometidos oficialmente com o projeto vanguardista do “socialismo real”) e os *gerentes* da burocracia empresarial (atraídos pela lógica do capital). Como veremos a partir de agora, é a combinação contraditória desses dois grupos/classes dominantes que explica os problemas de eficiência econômica aludidos por Mandel.

Apresentação da tese de Lebowitz

Michael Lebowitz, original intelectual marxista, professor na Simon Fraser University, em Vancouver, tem se dedicado à reflexão sobre as condições de possibilidade do socialismo, centrando-se na auto-organização e criatividade dos trabalhadores para atender às suas necessidades e construir uma boa sociedade. Atuou ainda como assessor do Ministério para a Economia Social da Venezuela durante o governo Chávez, vinculando sua atividade intelectual à sua militância política em torno da organização econômica dos trabalhadores. A tese de Lebowitz sobre o “socialismo real”, que veremos a seguir, insere-se no seu projeto político-intelectual de pensar o socialismo para o século XXI, aproveitando as experiências do século XX em termos de sua superação.

Para compreender o que foram as sociedades do “socialismo real” Michael Lebowitz parte da constatação dos problemas da economia de tipo soviético (“coletivismo burocrático”). De acordo com Lebowitz, János Kornai na Hungria e Ota Sik na Tchecoslováquia observaram o mesmo problema na relação dos gerentes de empresa com os planos formulados pelas autoridades econômicas centrais. Os gerentes *suavizavam suas potencialidades e exageravam suas necessidades*, com o objetivo de realizar mais facilmente as metas estabelecidas (LEBOWITZ, 2013, p. 44).

A título de exemplo, na teoria de Kornai, a responsabilidade recai sobre as autoridades centrais, com o seu comportamento paternalista, e suas políticas de industrialização excessivamente ambiciosas. Para ele, era preciso mais independência para as empresas e uma industrialização mais lenta. Esta independência significaria também arcar com as próprias perdas, sem obter

⁶Ver SAMARY, 1999.

ajuda do governo. Assim não haveria mais o comportamento de excessivo investimento (LEBOWITZ, 2013, p. 46-47).

Diante destas constatações, Lebowitz levanta a questão da razão pela qual os planejadores não adotavam outro esquema de incentivo, buscando também melhor informação. Afinal, eram os planejadores “estúpidos” ou faltava-lhes poder?

Citando estudos de Tamas Bauer e Patrick Flaherty sobre a economia soviética, Lebowitz aponta para o poder dos gerentes de empresa, cujo comportamento incluía estratégias coletivas ofensivas, com lobbies e coalizações setoriais que usurpavam a autoridade das agências centrais nominalmente soberanas. Do que resultaria a ausência de uma política industrial nacional coerente (LEBOWITZ, 2013, p. 51-53).

Por outro lado, os planejadores estavam constrangidos a atender a pressão dos trabalhadores por pleno emprego e estabilidade de preços. Kornai, que nesse aspecto revela ter o mesmo padrão de racionalidade dos gerentes de empresa, considerava negativa a norma do pleno emprego⁷ e o “apego” do povo à estabilidade dos preços. Para ele, a garantia incondicional de emprego encorajava a irresponsabilidade no trabalho. Já os planejadores normalmente eram favoráveis ao pleno emprego (como direito a um trabalho em geral) mas desfavoráveis ao direito a um trabalho particular, o que provocava dificuldades nas readaptações tecnológicas. Os trabalhadores, no entanto, eram favoráveis a este direito de escolha do trabalho. (LEBOWITZ, 2013, p. 54-61).

Lebowitz avalia a situação dúbia na qual se encontravam os trabalhadores: se por um lado estavam privados de meios de exercer poder coletivo na defesa de seus interesses, seja na produção ou na sociedade em geral, encontrando-se atomizados, alienados, por outro, eram detentores de direitos de trabalho que lhes permitiram um controle individual substancial sobre a organização e execução do trabalho. O resultado *dessa combinação* foi o trabalho lento, a organização ineficiente do trabalho, a tolerância a perturbações

⁷ Embora a legislação permitisse demissões, havia pressões políticas e legais para defender as pessoas de perderem seus empregos ou serem compelidas a mudar de emprego. Assim, qualquer demissão tinha de ser aprovada por maioria absoluta pelo comitê eleito do sindicato do local de trabalho. Se a decisão fosse favorável ao trabalhador, não poderia ser derrubada, e se fosse aprovada a demissão, o trabalhador podia recorrer às cortes, sendo que na maior parte dos casos os tribunais ordenavam a reintegração dos trabalhadores demitidos, com pagamento retroativo. Também foi grande o uso do direito à mobilidade dos trabalhadores, o que lhes permitia mudar de empresa em caso de ameaça a seu emprego (LEBOWITZ, 2013, p. 59-61).

no regime de trabalho e um descuido geral pela qualidade. Além disso, o crescimento tende a ser extensivo ao invés de intensivo: quer dizer, na medida em que os trabalhadores defendem ativamente seus direitos de trabalho, a expansão da produção tende a ocorrer pela combinação de novos meios de produção com trabalhadores em novos locais de trabalho ao invés de ocorrer por meio da introdução de tecnologias poupadoras de trabalho em locais de trabalho já existentes (LEBOWITZ, 2013, p. 62-63 e 85).

Assim se desenharia uma espécie de contrato social tácito, alienado e forçado de uma economia de baixa produtividade, envolvendo aquilo que os trabalhadores poderiam conseguir do Estado socialista (por exemplo, pleno emprego e relativa igualdade) e o que esse estava disposto a permitir e conceder em troca da submissão a sua autoridade.

A partir desses indícios Lebowitz argumentará que as chamadas sociedades do “socialismo real” foram formações sociais híbridas compostas por relações de produção de vanguarda e pela reprodução contestada (pelos gerentes de empresas, que incorporaram a lógica do capital), cujo específico modo de regulação de vanguarda (para assegurar a produção das premissas do sistema) era constituído pelo controle dos gerentes por meio do plano administrativo-diretivo e por meio de um contrato social tácito com a classe trabalhadora, cuja lógica manifestava-se em sua “economia moral” (LEBOWITZ, 2013, p. 49-151).

A lógica da vanguarda na sua forma “pura” pode ser identificada na doutrina do partido de vanguarda, resumida em três pontos:

1. O objetivo de mudança do sistema: substituir o capitalismo pelo socialismo e construir uma sociedade comunista (tem como premissa o apropriado desenvolvimento das forças produtivas).
2. A necessidade de um instrumento político: para alcançar esse objetivo é preciso um partido político com a missão e responsabilidade de organizar, guiar e orientar a classe trabalhadora, todo o povo trabalhador e as organizações sociais.
3. O caráter necessário do partido de vanguarda: a luta para derrotar os inimigos da classe trabalhadora requer um partido disciplinado, centralizado, unido e revolucionário (LEBOWITZ, 2013, p. 69).

A premissa de que a construção do socialismo requer unidade e disciplina dentro do partido engendra a sua estrutura hierárquica, sob a

conhecida fórmula do “centralismo democrático”: a maior democracia possível para chegar às decisões e o maior centralismo e disciplina possível na execução dessas decisões. Na prática, contudo, a democracia é episódica (limita-se em geral aos congressos do partido e outras ocasiões de tomada de decisão coletiva), enquanto a disciplina e o centralismo constituem a vida cotidiana dos membros do partido.

O presumido processo de organização de baixo para cima (democracia para a tomada de decisões) acaba sendo invertido pelo imperativo da disciplina e do centralismo: o topo da hierarquia tende a selecionar a base, nomeando como subordinados aquelas pessoas em quem confia para realizar as suas diretrizes políticas. Dentro dessas relações hierárquicas são formadas pessoas servis, sem iniciativa e com baixa capacidade de inovação (LEBOWITZ, 2013, p. 71-73).

Com a missão de construir o socialismo para se chegar a uma sociedade comunista, o partido de vanguarda precisa de poder, precisa controlar o Estado. Assim, a mesma lógica reinante no partido aplica-se ao Estado e a forma de propriedade, instaurando-se a coordenação burocrática (tendencialmente expansiva), onde o fluxo de informação mais típico é o comando (a ordem do superior a qual o subordinado deve obedecer) (LEBOWITZ, 2013, p. 76-79).

Lebowitz observa que o marxismo de vanguarda, no qual se baseia teoricamente o partido de vanguarda, é unilateral, focaliza apenas na exploração, no capital, não reconhece o lado do trabalhador, negligencia a sua (de)formação produzida pelas relações de produção. Com seu determinismo econômico (numa concepção unilateral do “econômico”) e falta de uma visão dialética da totalidade, credita ao desenvolvimento das forças produtivas o poder de erigir a sociedade comunista, tomando a abundância como premissa para o fim da alienação.

O Estado aparece como autoridade diretora necessária para garantir o “princípio socialista” de distribuição de acordo com a contribuição, tomando como premissa um trabalhador alienado que precisa ser regulado uma vez que ele quer minimizar seu trabalho e maximizar o seu consumo, de forma a aproveitá-lo para o melhor desenvolvimento das forças produtivas. A lógica é

similar ao argumento capitalista sobre a necessidade de contar com o auto interesse para chegarmos a abundância.

Em contraste, na perspectiva de Lebowitz os defeitos herdados da sociedade capitalista deveriam ser subordinados, para que a nova sociedade possa apoiar-se sobre suas próprias fundações, do contrário não poderá desenvolver-se, dando lugar à restauração capitalista.

O marxismo de vanguarda é então considerado como uma *perspectiva de classe*, por ser a perspectiva teórica daqueles que se colocam não apenas acima da classe trabalhadora, mas também contra ela, ao favorecer relações que produzem a sua *deformação e exploração*, além de prover justificativa teórica para ataques a economia moral da classe trabalhadora no “socialismo real”, identificando como prematuras a gestão operária, o igualitarismo e um foco em produzir para as necessidades dos outros. Fundamentalmente, devemos reconhecer que uma *sociedade dividida entre condutores e conduzidos* (ainda que não houvesse exploração) não pode ser considerada uma sociedade dos produtores associados (LEBOWITZ, 2013, p. 173-188).

Voltando ao esquema explicativo do “socialismo real”, a conclusão de Lebowitz sobre a tendência degenerativa do modo de regulação de vanguarda (o contrato social tácito) é que, dada a

produção de consumidores-trabalhadores atomizados e alienados que querem minimizar o trabalho e maximizar o consumo, o sistema requer contínua expansão quantitativa. Seguir um modelo de crescimento extensivo implica, contudo, que *cedo ou tarde* o sistema irá se aproximar dos limites em oferta de recursos e trabalho. (LEBOWITZ, 2013, p. 86; grifos do autor)

Finalmente, essa exaustão leva a uma baixa taxa de crescimento, o que ameaça todas as normas associadas com o contrato social.

Contudo, o contrato social tácito entre trabalhadores e vanguarda não explica alguns fenômenos típicos da economia de tipo soviético, a saber: a produção de produtos ruins (irracionais do ponto de vista da sua utilidade para o consumidor, mas funcionais para cumprir metas de um modo “trapaceiro”), a tendência dos gerentes de empresas a preferir planos frouxos, a esconder os potenciais de produção e a conter realizações notáveis de produção.

Tais fenômenos explicam-se pela lógica da reprodução contestada na sua *interação* com a lógica das relações de vanguarda, por meio da qual ambas se limitam e se deformam mutuamente (LEBOWITZ, 2013, p. 87-92).

Para Lebowitz, os gerentes contêm em si mesmos a *lógica do capital*, ainda que sob os constrangimentos do “socialismo real” não existam relações capitalistas de produção⁸. Esta lógica é o movimento de auto-expansão do capital, que toma a forma de compulsão do mercado para os capitalistas individuais – a compulsão da “lei do valor” (LEBOWITZ, 2013, p. 90-93).

Analogamente, para cada ator individual do partido de vanguarda a *lógica da vanguarda* aparece como compulsão, “*como responsabilidade e dever*, como o senso de que tudo depende deles”. Tal obrigação, sob as relações de comando e controle hierárquicos (quer dizer, sob o modo de coordenação burocrática), induz cada um daqueles que se encontra no topo da estrutura do Estado-partido a querer “regular de perto todos os subordinados” e a querer mais recursos “para melhor contribuir com o objetivo de construir o socialismo”, de tal modo que “a criação e execução do plano na prática reflete a interação destas perspectivas”, de onde o impulso inerente da vanguarda a maximizar o investimento e expandir o controle hierárquico. No caso da vanguarda há um comprometimento consciente coletivo, então, embora interesses em competição possam entrar na formulação do plano, apenas um plano administrativo-diretivo é adotado, de acordo com o que Lebowitz chama de “lei” do comando (a forma como aparece a lógica da vanguarda para cada um dos membros do partido de vanguarda) (LEBOWITZ, 2013, p. 94-95; grifos do autor).

A disfunção central do “socialismo real” (que aparece no fenômeno da economia de escassez) é produzida pela interação da lógica da vanguarda (sob a lei do comando) com a lógica do capital (sob a lei do valor), para a qual tendem os gerentes maximizadores da renda. Em termos mais concretos: “a combinação do comportamento gerencial auto-interessado e da miopia do topo permite (...) que os gerentes tomem vantagem das ambiguidades do plano para

⁸ Lebowitz reconhece que os “gerentes não possuem meios de produção, não têm poder para forçar os trabalhadores a realizar trabalho excedente e não possuem mercadorias (como um resultado do processo de trabalho) que possam ser trocadas para realizar mais-valia que possa ser a base para a acumulação de capital. Além disso, sob o contrato social falta-lhes a habilidade de reduzir os salários reais, intensificar o processo de trabalho e introduzir tecnologia poupadora de trabalho. Em resumo, não temos aqui relações capitalistas de produção” (LEBOWITZ, 2013, p. 90).

ganhar bônus enquanto dirigem a produção de resultados perversos”⁹, incluindo aí o desperdício produtivo nos ciclos de “tempestade da produção” seguida de escassez, em razão da estocagem de recursos e trabalhadores. Esta mesma combinação infecta o próprio plano num círculo vicioso: a vanguarda (os planejadores centrais) não espera lealdade e senso de responsabilidade da parte dos gerentes para com o interesse social, então procura estabelecer planos com metas elevadas, sabendo que os gerentes possuem informação que ela não possui e que provavelmente escondem os verdadeiros potenciais produtivos; o que, por sua vez, acaba por reforçar o comportamento preventivo dos gerentes, que procuram rebaixar as metas e estão dispostos a produzir maus produtos desde que os parâmetros especificados sejam atingidos, com vistas a garantir seus bônus. Todavia, para Lebowitz, o fato de os gerentes mentirem e distorcerem a informação enviada para cima na hierarquia burocrática, levando à subprodução, não deve ser confundido com uma questão de ineficiência inerente do planejamento central ou da incapacidade técnica para obter e utilizar a informação essencial para planejar. O que está em jogo nesse fluxo de má informação é a luta de classes (LEBOWITZ, 2013, p. 95-97).

Embora nessa passagem não seja explicitado por Lebowitz, o que parece estar implícito no seu raciocínio é que os gerentes não podem identificar-se com o “interesse geral”, isto é, com o interesse da classe trabalhadora, pois encontram suficiente satisfação pessoal numa *retribuição material individualizada*, sob a forma de incentivos monetários (os bônus). Ora, em princípio, qualquer um que estivesse nessa posição poderia ser atraído pela mesma lógica, adotando o mesmo comportamento. Como disse Kornai, “é apenas humano, se o interesse econômico individual prova ser mais forte” (LEBOWITZ, 2013, p. 96-97). Então, a alternativa socialista exige que os produtores se interessem pelos resultados do seu trabalho e pela racionalidade da totalidade do processo produtivo *de modo associado*, e não individualizado. Esta exigência dá centralidade ao problema do tipo de incentivo a ser adotado, se se quer evitar a modalidade de conflitos de interesse e de deformações nos fluxos de informação encontrados no “socialismo real”.

⁹ Essa produção “de resultados perversos” se refere aos “malabarismos” produtivos e contábeis praticados pelos gerentes para alcançar as metas de produção (especificadas em quantidades físicas ou em valores), por exemplo, a produção de papel engrossado ou de lustres pesados, ou ainda o aumento de valor de produtos usando materiais desnecessariamente mais caros (LEBOWITZ, 2013, p. 42).

Projetando a tese de Lebowitz sobre a experiência iugoslava

Na Iugoslávia, a socióloga do grupo Praxis Zagorka Golubović observava como o discurso da autogestão era manipulado para favorecer determinados interesses. No que se refere à “tecnocracia” (os gerentes e os *experts*), a autogestão é pensada como “socialismo de mercado”:

Se referindo ao “socialismo de autogestão e de mercado”, esta concepção faz do funcionamento das leis do mercado (uma das condições da vitória sobre a gestão centralizada) a condição *única* e a medida universal da existência da autogestão. Mas este “fetichismo do mercado” esconde, de uma parte, a vontade dos tecnocratas de se liberar da dominação da burocracia política e, de outra parte, as tentativas desta última de descentralizar a economia. Tal descentralização privaria a federação de seu poder e deslocaria o acento do plano para o mercado que, enclausurado em quadros nacionais, tornar-se-ia a esfera de influência da burocracia das repúblicas particulares. (GOLUBOVIĆ e STOJANOVIĆ, 1986, p. 28)

Então, no caso iugoslavo, os gerentes e os *experts* encontram na ideia de autogestão uma brecha para fazer avançar a “lógica do capital”, aliando-se àqueles dirigentes burocráticos em nível das repúblicas que eram favoráveis à descentralização. Foi esse movimento que caracterizou a reforma liberalizante de 1965 até a tentativa de retomada do controle central da Liga dos Comunistas nos começo dos anos 1970 (RUSINOW, 1977, p. 254).

Ocorre ainda que na prática da interação da lógica da vanguarda e da lógica do capital, produz-se uma mútua deformação. Assim, embora os gerentes de fábrica simpatizem com a solução de mercado radical, uma vez que em longo prazo isso resultaria no fortalecimento do seu poder econômico e político, na prática existem poucos dentre eles que realmente preferem a independência econômica “por causa do medo de que eles não estariam habilitados a competir no mercado”. Este medo faz com que muitos gerentes de fábrica apoiem o *status quo* mantido pela vanguarda (LEBOWITZ, 2013, p. 99).

No caso iugoslavo, os gerentes de empresas em melhor posição de mercado, geralmente localizadas nas repúblicas e regiões mais desenvolvidas, tendem a ser mais favoráveis à liberalização mercantil, enquanto que aqueles gerentes que se encontram em empresas menos privilegiadas são mais hesitantes a aderir às pressões liberalizantes.

Em suma, inseguros quanto às suas possibilidades reais de poder de classe, os gerentes no “socialismo real” acabam comportando-se de acordo com a “lei do lobbying” (competição por acesso a recursos), ao invés da lei do valor (LEBOWITZ, 2013, p. 100).

A vanguarda, por sua vez, também se deforma na resposta que dá a escassez e aos planos fracassados. Cada indivíduo no topo da estrutura do partido-Estado tenta primeiramente isolar suas próprias instituições de falhas, de onde o fenômeno do “departamentalismo”, onde ministros criam produção do mesmo tipo, cada um com seu próprio sistema, apenas para não depender do outro, e assim garantir os seus resultados. Na distribuição dos produtos, ao invés de serem enviados para o seu vizinho imediato, são enviados para o outro lado do país, onde existe uma empresa do mesmo departamento, já que a fábrica vizinha pertence a outro. Tendência que é agravada com a crescente escassez de recursos, levando a uma competição antecipada entre as subunidades do sistema produtivo para garantir os seus resultados isoladamente. Neste cenário, “as autoridades centrais estão primariamente preocupadas com a maximização do crescimento em longo prazo enquanto as agências subordinadas concentram suas energias em objetivos e vantagens de curto prazo” (LEBOWITZ, 2013, p. 100).

Na Iugoslávia, esse tipo de irracionalidade é frequentemente apresentado (por estudiosos e por dirigentes da Liga dos Comunistas) como um problema de burocratização no âmbito de oligarquias locais e regionais (RUSINOW, 1977, p. 128; SUVIN, s/d). É um problema que pode ser traduzido também em termos de localismo, onde a maior proximidade de políticos (incluindo nesse caso os diretores de empresas) com “o público”, isto é, com os habitantes e os trabalhadores de uma dada localidade, ensejam compromissos e manipulações na base de interesses mais imediatos.

A partir de certo ponto, com crescente escassez e planos fracassados, os planejadores começam a aquiescer com as práticas “trapaceiras” dos gerentes, com o desperdício, a estocagem de trabalho e recursos e a duplicação irracional dos esforços produtivos, reduzindo também as metas. Assim, a “lei do comando” crescentemente se transforma numa “lei da habilitação” [law of enablement], isto é, o comando dá lugar à aceitação da perda de autoridade por parte da

vanguarda, enquanto planejadores centrais, o que significa a própria deformação da sua lógica (LEBOWITZ, 2013, p. 100-101).

Por isso, num dado momento, pode-se falar numa “tendência definitiva para que a linha entre os dois opostos torne-se turva na prática”. Quer dizer, “de um lado, existem gerentes hesitantes em perseguir a lógica do capital completamente; de outro, vemos planejadores que apoiam as ações dos gerentes orientadas para si mesmos” (LEBOWITZ, 2013, p. 101).

Podemos observar que na Iugoslávia o grande aumento da presença de novos quadros profissionalizados na Liga dos Comunistas, os quais tendiam a se alinhar com os gerentes de empresas (por vezes, tratam-se das mesmas pessoas circulando por funções diferentes), representou um elemento fundamental na distorção da lógica da vanguarda, pois esta passa a ceder à pressão por liberalização mercantil e ao controle dos gerentes burocráticos em detrimento da evolução do poder dos trabalhadores, prevista na concepção da autogestão (PROUT, 1985; COHEN, 1989).

Em parte, tratava-se de buscar maior eficiência produtiva, dentro da lógica da aceleração do crescimento econômico, objetivo do qual o topo da hierarquia dirigente não abria mão (SAMARY, 1988, p. 145-147). Mas também era uma questão de relação de força no interior da Liga dos Comunistas, fracionada entre uma ala progressista, favorável ao desenvolvimento da autogestão (embora insistisse no bloqueio à democratização da própria Liga), e uma ala cada vez menos interessada em “poder operário” e mais interessada em sucesso econômico e vantagens para a “sua” república, pouco importando as desigualdades (re)produzidas (nas suas mais diversas manifestações) (SUVIN, s/d). Se na década de 1960 essas duas frações unem-se na oposição à fração estalinista da Liga dos Comunistas, representada na figura de Aleksandar Ranković, em seguida à sua queda se evidencia o conflito entre os mais altos dirigentes (Tito, Kardelj e Bakarić no topo) e a “tecnocracia”, de onde o recuo da liberalização mercantil no início dos anos 1970 e a tentativa de reforma da autogestão com a ambiciosa Constituição de 1974 (RUSINOW, 1977; SAMARY, 1988).

Então, a unidade entre lógica da vanguarda e lógica do capital é apenas aparente. O que prevalece é a luta, hora escondida, hora aberta, entre as duas lógicas – uma luta em particular pela propriedade, isto é, pela propriedade

dos meios de produção, que deve se dar em termos de posse. Enquanto o plano permite que a administração estatal mantenha a posse sobre os meios de produção, o mercado tende a conferi-la à gerência das empresas. O modo de regulação especificamente de vanguarda pelo qual os gerentes são mantidos sob controle consiste no plano administrativo-diretivo e no contrato social com a classe trabalhadora. (LEBOWITZ, 2013, p. 101-104).

Esse quadro teórico geral formulado por Lebowitz pode, com adaptações, ser aplicado sobre o caso iugoslavo, desde que atentemos para as significativas diferenças nas relações entre a vanguarda dirigente, os gerentes de empresas e os trabalhadores. Entendemos ainda que a própria comparação da experiência iugoslava com o “caso padrão” da economia soviética de planejamento burocrático central pode nos ajudar na compreensão das suas singularidades e semelhanças. Mais fundamentalmente, sustentamos a tese de que as principais contradições engendradas pelas relações entre as lógicas da vanguarda, dos gerentes e dos trabalhadores, explicam tanto a dissolução do “socialismo real” quanto a não realização do socialismo de autogestão.

No caso iugoslavo, a instituição legal da autogestão acirra ainda mais tais contradições, na medida em que serve, de modo ambíguo, tanto para a abertura de um horizonte de efetiva democracia operária, quanto para o seu bloqueio, ao ser instrumentalizada pelos gerentes da burocracia empresarial.

Antes de nos referirmos às singularidades iugoslavas, sublinhemos as principais semelhanças com o padrão soviético analisado por Lebowitz. Primeiramente, a lógica da vanguarda, com o seu caráter burocrático e deformador da classe trabalhadora, está presente na Liga dos Comunistas, ainda que de modo mais matizado, devido à opção pelo projeto de desenvolvimento da autogestão (CARTER, 1982; SUVIN, s/d). Os gerentes, por sua vez, também tendem a expressar uma lógica individualista pró-capital, embora desde as reformas liberalizantes dos anos 1960 não encontrem como entrave a essa lógica a imposição de planos administrativos, restando como obstáculo a ausência da propriedade privada e os direitos dos trabalhadores no sistema de autogestão (COMISSO, 1979; SAMARY, 1988). A existência formal da propriedade social e da autogestão é o grande trunfo da classe trabalhadora, que expressa a sua lógica por meio da sua economia moral, isto é, pelos valores do igualitarismo e

pela exigência de aumento do bem-estar material (MEISTER, 1970; ZUKIN, 1975).

As principais singularidades da experiência iugoslava resultam da incorporação de alguns elementos da lógica dos trabalhadores e da autonomia adquirida pelos gerentes. Assim, não se produz o mesmo fenômeno da economia de escassez descrito por Lebowitz, já que a planificação administrativa é logo abandonada em favor de uma crescente autonomia das empresas (COMISSO, 1979; MEISTER, 1970). Não obstante, a relação entre os dirigentes (a vanguarda) iugoslavos e os gerentes de empresa também é conflituosa e produz mútua deformação. A reprodução contestada manifesta-se pela insistência dos gerentes na liberalização econômica, na descentralização (no caso das repúblicas mais desenvolvidas) e na resistência aos direitos de participação dos trabalhadores na gestão das empresas (COMISSO, 1979; MEISTER, 1970; SAMARY, 1988; BROEKMEYER, 1970). Zoran Vidaković, por exemplo, destacou a oposição gerencial à iniciativa autogestionária dos trabalhadores iugoslavos na sua forma ideológica:

a iniciativa operária é qualificada de democracia primitiva, de mentalidade semi-artesanal, de tradição camponesa; se pretende que ela é incompatível com a tecnologia moderna, que ela não é racional do ponto de vista das normas sacro-santas da economia, que ela é irrealizável no plano técnico” (VIDAKOVIĆ, 1973, p. 218).

Os dirigentes, por sua vez, acabam cedendo às pressões “tecnocráticas” nos anos 1960, embora uma importante reação tenha se dado na década seguinte (SAMARY, 1988; SUVIN, s/d). Uma parte dos dirigentes também é deformada pela descentralização fragmentadora tornando-se nacionalista. Os trabalhadores, analogamente, têm o seu impulso para a gestão da produção deformado pela atomização mercantil, passando a identificar o seu interesse com o sucesso individual da “sua” empresa ao invés de manifestar um interesse coletivo enquanto classe trabalhadora. É por essa mesma razão que os trabalhadores cedem em sua aspiração pela gestão em favor do poder dos gerentes profissionais, visando a otimização dos resultados econômicos (FLAHERTY, 2003).

Os principais problemas econômicos iugoslavos foram o desemprego, a inflação, o endividamento e as desigualdades (WOODWARD, 1995, VUŠKOVIĆ, 1976; MEISTER, 1970), resultado de uma condensação de

contradições entre as lógicas da vanguarda, dos gerentes e dos trabalhadores expressas numa “autogestão atomizada”. A ideia de propriedade social é distorcida. O que se produz é uma espécie de propriedade de grupo limitada enquanto delegação de poder de gestão por parte dos dirigentes burocráticos (MEISTER, 1970; SUPEK, 1973).

Finalmente, dada a *atomização* do sistema de autogestão resultante da lógica do capital crescentemente dominante entre os gerentes burocráticos das empresas e a lógica da vanguarda dominante entre os dirigentes burocráticos da Liga dos Comunistas, os trabalhadores e as empresas não encontravam organismos de concertação de interesses que se sobrepusessem às divisões entre repúblicas. Assim, o aspecto concorrencial acabou por ganhar prevalência sobre o lema de “unidade e fraternidade”, fornecendo uma base econômica para a manipulação política de sentimentos nacionais. Pavimentou-se assim o caminho da desintegração da Iugoslávia e a derrocada do seu projeto socialista (COGGIOLA, 1999).

Conclusão

Ao utilizarmos o modelo explicativo de Lebowitz sobre a dinâmica contraditória do “socialismo do real” para o peculiar caso iugoslavo, caracterizado pela instituição da autogestão, procuramos evidenciar sua pertinência analítica e coerência empírica com o que diversas pesquisas evidenciaram quanto à realidade política, econômica e social da Iugoslávia. Com isso, esperamos também ter contribuído para uma melhor compreensão da dinâmica dos projetos socialistas historicamente produzidos no Leste Europeu.

Adicionalmente, podemos apontar para a importância desempenhada pelas contradições de classe na implosão da própria Iugoslávia, produzindo desigualdades sociais e regionais que foram habilmente utilizadas por dirigentes políticos na dinâmica de disputas nacionais entre as repúblicas. A lógica da vanguarda bloqueou a radicalização da autogestão, que poderia torná-la um efetivo instrumento político da classe trabalhadora, sobretudo com a criação de uma Câmara do Trabalho Associado no Parlamento Federal capaz de produzir acordos entre as repúblicas – o que fora reivindicado por operários e sindicalistas da base que sustentaram uma imensa onda de greves, onde se revelava solidariedade inter-étnica e a defesa do “socialismo de autogestão”. Só

com a recusa às reivindicações dos trabalhadores por parte de dirigentes da Liga dos Comunistas e gerentes das empresas é que o nacionalismo passa a ser habilmente infiltrado nas fileiras operárias.

O apelo nacionalista acaba aparecendo como resposta à vitória da lógica do capital, crescentemente dominante entre os gerentes, e que acabará por impor-se nos anos 1980, quando a Iugoslávia submete-se à inflexível “terapia de choque” liberal exigida pelo FMI para a concessão de novos empréstimos e reescalonamento da sua dívida externa (que já atingia 20 bilhões de dólares). O resultado final é o desmantelamento da propriedade social, da autogestão e da própria Iugoslávia, fracionada pela instrumentalização nacionalista do seu dramático impasse político. Eslovênia e Croácia rapidamente voltam-se para as potenciais ocidentais, enquanto Slobodan Milošević liderará o intento de restauração da “Grande Sérvia”, impondo sua hegemonia às demais repúblicas e províncias.

Bibliografia

- BROEKMEYER, M. J. (ed.). **Yugoslav workers’ self-management: proceedings of a symposium held in Amsterdam, 7-9 January, 1970.** Dordrecht: D. Reidel Publishing Company, 1970.
- CARTER, April. **Democratic reform in Yugoslavia: the changing role of the party.** London: F. Pinter, 1982.
- COGGIOLA, Osvaldo. **Imperialismo e guerra na Iugoslávia: radiografia do conflito nos Bálcãs.** São Paulo: Xamã, 1999.
- COHEN, Lenard J. **The Socialist Pyramid: elites and power in Yugoslavia.** Oakville: Mosaic Press, 1989.
- COMISSO, Ellen Turkish. **Workers’ Control under Plan and Market: Implications of Yugoslav Self-Management.** New Haven: Yale University Press, 1979.
- DUDA, Igor; STUBBS, Paul; ARCHER, Rory (eds.). **Social inequalities and discontent in Yugoslav socialism.** Abingdon: Routledge, 2016.
- FLAHERY, Diane. **Self-Management and Requirements for Social Property: Lessons from Yugoslavia.** Texto apresentado na I Conferencia Internacional “La obra de Carlos Marx y los desafíos del siglo XXI”, Habana, 5 a 8 de maio de 2003.

GOLUBOVIĆ, Zagorka et STOJANOVIĆ, Svetozar. **La crise du système yougoslave**. Projet de recherche « Les crises des systèmes de type soviétique », dirigé par Zdeněk Mlynář et le conseil scientifique, Étude n° 14, 1986.

LEBOWITZ, Michael A. **Beyond Capital: Marx's Political Economy of the Working Class**. London: Palgrave Macmillan, 2003.

_____. **The Contradictions of Real Socialism: The Conductor and The Conducted**. New Delhi: Aakar Books, 2013.

LINDEN, Marcel van der. **Western Marxism and the Soviet Union. A Survey of Critical Theories and Debates Since 1917**. Leiden and Boston: Brill, 2007.

MEISTER, Albert. **Où va l'autogetion yougoslave?** Paris: Anthropos, 1970.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital. Rumo a uma teoria da transição**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

MIGUEL, Sinuê Neckel. **O labirinto da autogestão: caminhos e bloqueios do projeto socialista iugoslavo**. Tese de doutorado em Ciências Sociais, Unicamp, 2017.

_____. Grupo Praxis: o impacto político da crítica humanista marxista na Iugoslávia. **Revista Tempos Históricos**, no prelo.

PROUT, Christopher. **Market Socialism in Yugoslavia**. London: Oxford University Press, 1985.

RUSINOW, Dennison. **The Yugoslav experiment: 1948-1974**. California: University of California Press, 1977.

SAMARY, Catherine. **Le marché contre l'autogestion: l'expérience Yougoslave**. Paris : Publisud – La Brèche, 1988.

_____. Les conceptions d'Ernest Mandel sur la question de la transition au socialisme. In: ACHCAR, Gilbert (dir.). **Le marxisme d'Ernest Mandel**. Paris : PUF, 1999.

STOJANOVIĆ, Svetozar. **Between ideals and reality: a critique of socialism and its future**. New York and London: Oxford University Press, 1973.

_____. **The fall of Yugoslavia: why communism failed**. Amherst: Prometheus Books, 1997.

SUPEK, Rudi (org.). **Étatisme et autogestion: bilan critique du socialisme yougoslave**. Paris: Anthropos, 1973.

SUVIN, Darko. **Splendour, Misery, and Possibilities: An X-Ray of Socialist Yugoslavia**. No prelo, S/D.

VIDAKOVIĆ, Zoran. L'autogetion et la lutte des classes. In: **Participation and Self-Management** (First International Sociological Conference on Participation and SelfManagement. Dubrovnik, Yugoslavia, 1972). Vol. 6: Yugoslav Experiment in SelfManagement, Zagreb, 1973.

VUŠKOVIĆ, Boris. Social inequality in Yugoslavia. **New Left Review**, n° 95, Jan-Feb, 1976.

WOODWARD, Susan L. **Socialist Unemployment: The Political Economy of Yugoslavia (1945-1990)**. Princeton: Princeton University Press, 1995.

WRIGHT, Erik O. **Classes**. London: New Left Books, 1985.

ZUKIN, Sharon. **Beyond Marx and Tito: theory and practice in Yugoslav Socialism**. Londres-Nova Iorque: Cambridge University Press, 1975.

Recebido em Agosto de 2018
Aprovado em Setembro de 2018